



Tribunal de Justiça do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
Contatos: 96 3312-4588/4590

Norma de composição: **Portaria nº 61121/2022**

1) Supervisor: **Desembargador João Guilherme Lages Mendes**

2) Coordenador: **Dr. João Teixeira de Matos Júnior**

MM. Juiz de Direito Titular/VEP

3) Juízes membros:

Dr. Laura Costeira Araújo de Oliveira

MM. Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude -Área de Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas

Dr. Diego Moura de Araújo

MM. Juiz de Direito Titular da 1a Vara Criminal da Comarca de Macapá

Dr. Ailton Marcelo Mota Vidal

MM. Juiz de Direito Titular da 2a Vara Criminal da Comarca de Macapá

Dr. Eduardo Navarro Machado

MM. Juiz de Direito Titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Macapá

Dr. Antônio José de Menezes

MM. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Laranjal do Jari

4) Servidores membros:

Rennee Gomes de Souza

Analista Judiciário - Secretário GMF

Anne Suzielle Silva Sanches

Analista Judiciária - Assistente Judiciário GMF

Socorro Ramos da Silva Lima

Analista Judiciária - Assessora Jurídica/VEP

Antônio Carlos de Souza Brasil

Analista Judiciário - Chefe de Secretaria/VEP

Ana Cleyde Bastos Matias

Analista Judiciária – Psicóloga

Milena Bittencourt Oliveira Vilar

Analista Judiciária – Assistente Social

Hannia Roberta Rodrigues Paiva Rocha

Analista Judiciária – Psicóloga

Tyara Danielle Vieira Melo

Analista Judiciário - Assessora Jurídica

José Paixão Moreira Martins

Analista Judiciária – Pedagogo

Maria Alice Ramalho de Oliveira Tenório



Tribunal de Justiça do Amapá

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo

Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP

Contatos: 96 3312-4588/4590

Presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca de Macapá

Apresentamos o presente plano de ação do GMF no campo penal e socioeducativo no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá, de forma a qualificar e integrar ações deste porta de entrada até a saída de adolescentes e adultos, em conformidade com o marco jurídico nacional e as normativas internacionais de direitos humanos, bem como resoluções, recomendações do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Amapá.

PLANO DE AÇÃO 2024

I - Sistema Prisional

Para aprimorar o sistema carcerário do Estado, corrigir possíveis falhas, e colaborar com a efetivação dos direitos e garantias das pessoas privadas de liberdade e a sua integração social, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF) do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) apresenta as iniciativas abaixo a serem empreendidas nos sistemas Prisional e de Custódia.

Entre as iniciativas, estão: fortalecer e aprimorar o monitoramento e fiscalização do sistema carcerário e das políticas penais, incentivar e monitorar a realização de inspeções periódicas das unidades prisionais, aprimorar as audiências de custódia na capital e interior, a gestão de presos provisórios, qualificar o atendimento jurídico e de saúde para os internos, as políticas de integração social para as pessoas egressas do sistema prisional, as políticas específicas para as mulheres e população LGBTIA+ privadas de liberdade, promover ações de desenvolvimento e fortalecimento institucional a fim de garantir o desempenho das atividades do GMF, entre outras.



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Além disso, o TJAP permanece investindo em TIC, através de laboratório de inovação, por meio do programa Justiça 4.0 e com o apoio do programa Fazendo Justiça do CNJ.

EIXO 1 – PROPORCIONALIDADE PENAL

O principal objetivo das ações relacionadas a este eixo consiste na qualificação da informação sobre o sistema prisional estadual, permitindo sua integração com o sistema nacional e a realização de diagnósticos que subsidiem tomadas de decisões mais precisas e eficientes. Para tanto, busca-se, essencialmente, a continuidade nas ações iniciadas em 2022 e reduzidas em virtude do contexto pandêmico, bem como o aprimoramento de métodos de coleta e análise de informações.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Gerenciamento dos processos já consolidados no SEEU, no que diz respeito, principalmente, ao controle de incidentes vencidos	Ao longo do ano	Secretaria da unidade judiciária	Organização de alimentação completa do banco de dados
Realização das inspeções judiciais no meio fechado e semiaberto	Mensalmente	Magistrado e Secretário	Realizações de inspeções em cada uma das unidades do IAPEN de acordo com o cronograma estabelecido
Registro das inspeções judiciais no Cadastro Nacional do CNJ	Atividade mensal, de acordo com a realização das inspeções	Secretário	Registro de todas as inspeções realizadas, no Cadastro Nacional de Inspeções no Estabelecimentos Penais - CNIEP



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Apoio e realização de processos formativos	Ao longo do ano	Equipe multidisciplinar da unidade judiciária em parceria com o IAPEN e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	Oferta de um curso/processo formativo por semestre, de acordo com demandas observadas na rede de atendimento, integrando redes estadual e municipal
Monitoramento regional de dados e infográficos	Ao longo do ano	Equipe multidisciplinar da unidade judiciária, Secretaria e Assessoria Jurídica	Construção e alimentação de banco de dados multidisciplinares. Capacitação de servidores na unificação de dados
Prestação jurisdicional por meio do Sistema Eletrônico Execução Unificado	Ao longo do ano	Magistrado, Secretaria da unidade, Assessoria Jurídica	Articulação com o Varas Criminais
Fiscalização e monitoramento do tempo das prisões provisórias, alternativas penais, medidas de monitoração eletrônica e entrada e saída de presos no sistema carcerário.	Semestral	Secretário	Elaboração de relatórios estatísticos com base nos sistemas eletrônicos do CNJ e TJAP, divulgando as informações no site oficial.e
Consolidação da Política Antimanicomial estabelecida na Resolução nº 487/2023-CNJ.	Ao longo do ano	TJAP, GMF e CEIMPA	Garantia da efetividade à Política Antimanicomial do Poder Judiciário, por meio de procedimentos para o tratamento das pessoas com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial
Realização de evento direcionado a magistrados e servidores para orientação e conhecimento da Política Antimanicomial	Primeiro semestre de 2024	GMF, VEP, Presidência do TJAP	Difusão e implantação da política antimanicomial de acordo com a Resolução nº 487/2023-CNJ.



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Atualização e modificação da Portaria do GMF/TJAP	Primeiro semestre	GMF	Aprovação da Portaria do GMF em conformidade com os marcos normativos do CNJ (Resolução CNJ nº 96/2009, Lei nº 12.106/2009, Resolução CNJ nº 214/2015, Resolução CNJ nº 368/2021)
Realização de Reuniões técnicas periódicas entre Juízes/as, equipe do GMF e equipe estadual do Programa Fazendo Justiça	fevereiro - dezembro/2024	- membros do GMF	Alinhamento e alcance das metas estabelecidas no plano
Atualização e aprimoramento da página do GMF no site do TJAP	Primeiro semestre de 2024	Secretário do GMF e equipe da SGPE	Garantia da transparência às atividades do GMF

EIXO 2 - IMPLEMENTAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS

As ações desse eixo se baseiam majoritariamente na articulação interinstitucionais para estruturação e, principalmente, organização de fluxo de atendimento ao público-alvo.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Apoio institucional dos TJs para implantação e fortalecimento de parcerias para estruturação do Sistema Prisional	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a presidência do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) demais órgãos públicos e privados	Aumento e aperfeiçoamento de parcerias para estruturação do Sistema Prisional



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Criação/implementação de um Comitê Gestor Interinstitucional para o IAPEN	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a presidência do TJAP, demais órgãos públicos e privados	Criação/implementação do Comitê Gestor Interinstitucional e organização de seu fluxo
Pactuação de fluxo de atendimento dos órgãos e instituições que compõem o IAPEN	Ao longo do ano	Magistrado, Secretaria e Assessoria Jurídica	Estabelecimento de um fluxo para o Sistema Prisional Consolidação do fluxo de atendimento
Articulação da participação das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação, Esporte, Cultura e Lazer, dentre outras, conforme definidas no termo de cooperação técnica	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Melhoria de um fluxo para o Sistema Prisional. Pactuação de um termo de cooperação técnica entre as instituições. Consolidação do fluxo de atendimento.
Apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho da Comunidade	Ao longo do ano	Magistrado, Secretário e Presidente do Conselho	Fomento de parcerias visando aumentar e consolidar a atuação do Conselho da Comunidade
Acompanhamento das atividades da APAC	Ao longo do ano	Magistrado, Secretário e Presidente da APAC	Consolidação e expansão das atividades da APAC

EIXO 3 - CENTRAL DE VAGAS - OCUPAÇÃO TAXATIVA DE VAGAS

As ações desse eixo visam a qualificação da intervenção penal com base nas premissas de singularização das ações de ressocialização e preservação da dignidade da pessoa humana. Parte-se do pressuposto de que, mais que estruturas físicas, a execução penal se faz por meio do contato humano (e humanizado),



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

intervenções especializadas em áreas, demandas e atendimento de condições básicas ao exercício da cidadania, sendo que tais ofertas só podem ser realizadas por meio da adequação das condições de trabalho das unidades de execução penal.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Articulação com os atores locais (Sistema de Justiça e Poder Executivo) para apresentação do Serviço de Central de Vagas	Ao longo do ano	Magistrado, Secretário e Escritório Social	Melhora do método de gestão das vagas do sistema prisional. Adesão ao método de distribuição de vagas. Consolidação da Central de Vagas.
Realização de reuniões em grupo de trabalho local	Ao longo do ano	Magistrado, Secretário, Escritório Social e demais Órgãos de Execução Penal	Aprimoramento de fluxo interinstitucional para manutenção do banco de vagas
Elaboração de normativa estadual	Ao longo do ano	Magistrado e Escritório Social	Aprimoramento e consolidação de fluxo da Central de Vagas
Implementação da Central de Vagas	Ao longo do ano	Magistrado, escritório social e assessoria jurídica	Redução da ocupação de vagas nas unidades prisionais
Monitoramento do processo de implementação e produção de dados	Ao longo do ano	Secretaria	Monitoramento da ocupação de vagas para atendimento fechado e semiaberto

EIXO 4 - DISSEMINAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO

Observa-se que, atualmente, não há congestionamento de processos, não havendo atrasos ou acúmulos nos processos de execução. Assim, como ação



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

subsidiária ao eixo anterior, sugere-se maior dedicação à análise de processos do meio aberto, que possui, hoje, maior número de processos em acúmulo.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Elaboração de normativas para institucionalização das audiências concentradas no SEEU	Ao longo do ano	Magistrado e Assessoria Jurídica	Melhora de fluxo de audiências, considerando as demandas dos meios fechado, semiaberto e aberto
Elaboração de plano de ação das audiências concentradas nos TJs	Ao longo do ano	Magistrado e Assessoria Jurídica	Estabelecimento de cronograma semestral de audiências. Verificação de demandas relacionadas ao fluxo de processos a cada seis meses
Publicização da metodologia das audiências concentradas	Ao longo do ano	Magistrado	Consolidação, junto a rede de atendimento, um fluxo de trabalho célere e contínuo
Articulação da participação de equipe multidisciplinar da unidade judiciária	Ao longo do ano	Magistrado e Equipe multidisciplinar	Melhora de fluxo de processos Secretaria Fortalecimento da equipe enquanto ente estratégico ao empoderamento da rede de atendimento
Garantia da realização de monitoramento e avaliação das realizações de audiências	Ao longo do ano	Assessoria Jurídica	Estabelecimento de monitoramento semestral no fluxo de processos



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Elaboração de relatórios com os resultados das audiências para a presidência do TJ e para o GMF	Ao longo do ano	Assessoria Jurídica	Elaboração de dois relatórios semestrais (junho e dezembro) sobre as audiências realizadas
Criação e fortalecimento de redes locais parceiras	Ao longo do ano	Magistrado	Estabelecimento de parcerias com órgãos gestores e entidades civis para apoio às ações do Sistema Prisional
Estabelecimento de parceria com o Poder Público, por meio das Políticas Públicas corresponsáveis pela execução penal (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer)	Ao longo do ano	Magistrado	Estabelecimento de pactuações entre os órgãos gestores e a unidade judiciária para apoio às ações do Sistema Prisional. Incentivo às ações ofertadas pelo Poder Executivo concernentes ao Sistema Prisional, por meio de parcerias
Possibilitar e fomentar o acesso e a participação das famílias na audiência concentrada, em parceria com o órgão executor das medidas Prisional	Ao longo do ano	Magistrado e Assessoria Jurídica	Incentivar a pactuação de cooperação entre as ações do Poder Executivo para assegurar a participação almejada

EIXO 5 - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO A EGRESSOS

As ações desse eixo ratificam a necessidade de que a *promoção e garantia de direitos* não se limite nem se encerre no cumprimento da pena imposta. Assim, buscam-se ações que diminuam os estigmas e dificuldades de reinserção social e profissional, principalmente nos casos de regime fechado e semiaberto. Salienta-se que a execução dos programas de acompanhamento de egressos são,



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

majoritariamente, de responsabilidade do Poder Executivo Estadual, cabendo ao Tribunal de Justiça o incentivo, fiscalização e fortalecimento das ações.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Ações do Escritório Social	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador
Apoio aos demais atores locais	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador
Formalização do Programa por meio de normativa estadual	Ao longo do ano	Magistrado, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador
Articulação da rede para inserção do apenado nas políticas sociais do território	Ao longo do ano	Magistrado em articulação com a Presidência do TJAP, demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador
Articulação das políticas sociais municipais com o Programa de Acompanhamento	Ao longo do ano	Magistrado em articulação com a Presidência do TJAP, demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador
Inserção da pessoa privada de liberdade nas políticas municipais, como educação, aprendizagem, assistência, saúde, esporte e cultura	Ao longo do ano	Magistrado em articulação com a Presidência do TJAP, demais órgãos públicos e privados	Garantia do processo ressocializador



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

EIXO 6 - FORTALECIMENTO E ACESSO A PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E APRENDIZAGEM NO SISTEMA PRISIONAL

Como parte das atribuições de Políticas Públicas, a Vara de Execuções Penais da Comarca de Macapá, vem executando projetos de incentivo à profissionalização de reeducandos, em especial por meio dos projetos Liberdade e Cidadania e Transformando Vidas, e contratos com o Conselho da Comunidade, cabendo, portanto, a continuidade de algumas ações e a ampliação do incentivo e apoio às propostas da rede de atendimento.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Elaborar planos estaduais de aprendizagem e profissionalização por meio de termo de cooperação técnica	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional
Mobilizar órgãos gestores do sistema prisional	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Mobilizar entidades parceiras públicas e privadas voltadas ao ensino e à educação profissional de reeducandos	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional
Articular a fiscalização das atividades de aprendizagem e profissionalização	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional
Participar da elaboração, dentro da sua competência, do plano estadual de aprendizagem e profissionalização	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional
Fomentar a criação de vagas entre os parceiros locais	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Dar publicidade às parcerias voltadas à aprendizagem e à profissionalização no sistema prisional no território	Ao longo do ano	Magistrado e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e demais órgãos públicos e privados	Implementar Programa de Profissionalização e Aprendizagem no sistema prisional
--	-----------------	--	--

EIXO 7 - ALTERNATIVAS PENAIS

Considerando que a restrição de liberdade deve constituir medida excepcional, e que deve ser prioridade do Estado Democrático de Direito a responsabilização através de medidas diversas da prisão, o objetivo do presente Eixo é implementar e qualificar ações voltadas à promoção da cidadania e a proteção social das pessoas submetidas às políticas penais, com intuito de reduzir a reentrada no sistema de justiça criminal.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Mobilizar os órgãos e rede parceira para possível participação no Comitê de Políticas Penais	Ao longo do Ano	GMF	<ol style="list-style-type: none"> 1. Produzir ato normativo para implementação do Comitê de Políticas Penais. 2. Criação de agenda de reuniões periódicas para discutir temas afetos ao Comitê de Políticas Penais. (APEC, CIAP, Central de Monitoração Eletrônica, Escritório Social, CRV)



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Fomentar, em parceria com o Poder Executivo, a Implementação da Central Integrada de Alternativas Penais, conforme Resolução n.213/2015 do CNJ	Ao longo do ano	GMF	Elaboração de Ato Normativo de instituição da Central Integrada de Alternativas Penais
--	-----------------	-----	--

EIXO 8 - TRABALHO E RENDA

O presente Eixo tem por objetivo efetivar a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (PNAT), instituída pelo Decreto nº9.450/2018, que prevê a ampliação e qualificação de ofertas de vagas de trabalho para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, em especial, no âmbito das licitações e contratos da Administração Pública.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS
Construir parceria com o Ministério Público do Trabalho	Ao longo do Ano	GMF	Iniciar os diálogos e construção de agendas temáticas sobre Trabalho e Renda
Construir parceria com o Ministério Público do Trabalho	Ao longo do ano	GMF	Criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para fomento de ações voltadas à implementação da PNAT e da Orientação Técnica nº 01 do CNJ e MPT de 19 de Julho de 2021



Tribunal de Justiça do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
Contatos: 96 3312-4588/4590

II - Socioeducativo

Considerando os grandes desafios do sistema socioeducativo estadual, observados cotidianamente nas inspeções realizadas e rotinas do Juizados da Infância e Juventude- Área Políticas Públicas e Execução das Medidas Socioeducativas da Comarca de Macapá, o presente Grupo de Monitoramento e Fiscalização do TJAP apresenta uma proposta de abordagem ancorada na cooperação junto ao Programa Fazendo Justiça (CNJ/PNUD/ONU) a partir das possibilidades locais de intervenção nesta realidade. Soma-se a essas propostas, as iniciativas de articulação e maior engajamento dos programas de atendimento e unidades de execução de medidas socioeducativas em meio fechado, com vistas à celeridade na resolução dos problemas encontrados e qualificação da ação socioeducativa. Salienta-se que parcela considerável das dificuldades deve-se a questões estruturais e crônicas, agravadas pelo atual quadro de instabilidade social e financeira dos estados, bem como pelo contexto pós-pandemia que impacta sobremaneira nas possibilidades de atuação das equipes de trabalho.

Almeja-se também contribuir com o fortalecimento do GMF na pauta socioeducativa, incluindo realização de eventos de articulação e formação continuada nos temas e marcos normativos nacionais e internacionais, em diálogo com a Coordenadoria da Infância e Juventude, Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amapá e demais organizações do Sistema de Garantia de Direitos, e desta forma, difundir boas práticas relativas à efetivação de recomendações, resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Poder Judiciário local. No que tange ao fortalecimento das equipes judiciais, pretende-se apoiar processos de aperfeiçoamento contínuo e padronização de fluxos de trabalho no campo socioeducativo. Sugere-se também o processo de monitoramento, avaliação e atualização das atividades aqui propostas tanto em reuniões gerais como focais, pelo menos, no período semestral.

A partir das atribuições do GMF previstas na Resolução CNJ nº214/2015, intenta-se fortalecer a atuação de conselhos de direitos, de representantes da sociedade civil bem como de todo Sistema de Garantia de Direitos na efetivação do



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

SINASE, em consonância com os planos municipal e estadual de atendimento socioeducativo.

O presente plano de ação está dividido em eixos interdependentes, conforme descrição abaixo:

EIXO 1 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO SOCIOEDUCATIVO

O principal objetivo das ações relacionadas a este eixo consiste na qualificação da informação sobre o sistema socioeducativo estadual, permitindo sua integração com o sistema nacional e a realização de diagnósticos que subsidiem tomadas de decisões mais precisas e eficientes. Para tanto, busca-se, essencialmente, a continuidade nas ações realizadas em 2023, bem como o aprimoramento de métodos de coleta e análise de informações. Registra-se que o TJAP encontra-se em processo de transição do sistema “Tucujuris” para o “PJE”, e aguarda a implementação local da Plataforma Socioeducativa (PSE). Registra-se também a importância de acionamento, por parte do Juizado e do GMF, aos órgãos competentes acerca de questões institucionais observadas durante a realização das inspeções judiciais, com foco na prevenção e enfrentamento da violência institucional.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Gerenciamento da disponibilização de acessos no CNIUPS	Ao longo do ano	Magistrada e Secretaria da unidade judiciária	Organização de um fluxo de acessos e alimentação do banco de dados	Cadastramento e acesso realizado com sucesso
Realização das inspeções judiciais no meio fechado e semiliberdade do sistema socioeducativo	Inspeções realizadas bimestralmente	Magistrada, Assessoria Jurídica, Equipe interdisciplinar da unidade e equipe de apoio	Realizações de 6 inspeções em cada uma das unidades de meio fechado - CESEIN, CIFEM, CIP e Casa de Semiliberdade, de	Relatórios, ofícios, divulgação de matérias no site do TJAP



Tribunal de Justiça do Amapá
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
Contatos: 96 3312-4588/4590

			acordo com calendário	
Realização das inspeções judiciais nas unidades de meio aberto do sistema socioeducativo	Inspeções realizadas semestralmente	Magistrada, Assessoria Jurídica, Equipe interdisciplinar da unidade e equipe de apoio	Realizações de 2 inspeções em cada uma das unidades de meio aberto – CREAS Cidadania e CREAS Liberdade	Relatórios, ofícios, divulgação de matérias no site do TJAP
Elaboração de relatórios e registro das inspeções judiciais no Cadastro Nacional (CNIUPS)	Atividade bimestral nas unidades de meio fechado e semiliberdade e atividade semestral nas unidades de meio aberto, de acordo com a realização das inspeções	Magistrada, Assessoria Jurídica e Chefe de Secretaria	Elaboração e registro de todas as inspeções realizadas, de acordo com calendário	Relatórios, ofícios
Apoio e realização de processos formativos,, com o foco na prevenção e enfrentamento da tortura e violência institucional	Ao longo do ano	Equipe interdisciplinar da unidade judiciária em parceria com a Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	Oferta de um curso/processo formativo por semestre, de acordo com demandas observadas na rede de atendimento, integrando redes estadual e municipal Diálogo formativo com equipes judiciais atuantes no interior do AP	Lista de frequência, sistematização de lições aprendidas
Monitoramento e divulgação regional de dados e infográficos	Ao longo do ano	Equipe interdisciplinar da unidade judiciária, Secretaria e Assessoria Jurídica	-Construção e alimentação de banco de dados interdisciplinares. - Publicização de dados do sistema socioeducativo	Banco de dados criado , alimentado e de fácil acesso à equipe autorizada Site do TJAP com informações atualizadas no tópico referente ao GMF

EIXO 2 - IMPLANTAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIFUSÃO DOS NÚCLEOS DE ATENDIMENTO INTEGRADO (NAI)

As ações desse eixo se baseiam majoritariamente na articulação interinstitucional para estruturação e, principalmente, organização de fluxo de atendimento ao público-alvo, dando continuidade às ações realizadas em 2023.



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Apoio institucional do Tribunal para implantação e fortalecimento do NAI	Ao longo do ano	Magistrada, em articulação com a presidência do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) e Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ)	Estabelecimento de parcerias para estruturação do fluxo de atendimento NA Atualização de competências do Juizado da Infância e Juventude contemplando atendimento integrado	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais Publicação de atualização da competência do Juizado da Infância e Juventude (portaria, lei)
Atuação do Tribunal na adoção de termos de cooperação técnica para funcionamento do NAI	1º semestre de 2024	Magistrada, em articulação com a presidência do TJAP, CEIJ e Grupo de Trabalho	Elaboração e pactuação de termo de cooperação técnica	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Aprovação do Termo de Cooperação Técnica	1º Semestre de 2024	Magistrada, em articulação com a presidência do TJAP, CEIJ e Grupo de Trabalho	Assinatura, aprovação e publicação do Termo Técnico de Cooperação	Publicação de Termo de Cooperação Técnica
Composição no Comitê Gestor Interinstitucional do NAI	1º semestre de 2024	Magistrada, em articulação com a presidência do TJAP, CEIJ e Grupo de Trabalho	Assinatura, publicação e efetivação do fluxo de atendimento	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Composição da equipe de trabalho para atendimento do NAI	2º semestre de 2024	Membros do Grupo de Trabalho	Designação de servidores para atuação no NAI	Portaria de designação publicada, registros de atendimentos e reuniões realizadas
Elaboração do Regimento Interno do NAI	2º Semestre de 2024	Membros do Grupo de Trabalho	Elaboração, aprovação e publicação de minuta do regimento interno do NAI	Regimento Interno em vigência



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Implementação do Fluxo de Atendimento Inicial	2º Semestre de 2024	Equipe de Trabalho	Realização de atendimentos, conforme fluxo inicial; produção, publicização dos dados e relatórios sobre o atendimento no NAI	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais e atendimentos realizados
Fortalecimento das redes locais e da sociedade civil	Ao longo do ano	Magistrada, em articulação com a presidência do TJAP e CEIJ	Promover a participação da sociedade no processo de integração social socioeducativo	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais

EIXO 3 - CENTRAL DE VAGAS - OCUPAÇÃO TAXATIVA DE VAGAS

A Central de Vagas é o serviço responsável pela gestão e coordenação das vagas em unidades de atendimento socioeducativo, considerando também contextos socioeconômicos dos adolescentes (localização geográfica, expressão sexual, raça/etnia rs).

As ações desse eixo visam a qualificação da intervenção socioeducativa com base nas premissas de singularização das ações socioeducativas e preservação da dignidade da pessoa humana. Parte-se do pressuposto de que, mais que estruturas físicas, a socioeducação se faz por meio do contato humano, em condições básicas ao exercício da cidadania, sendo que tais ofertas só podem ser realizadas por meio da adequação das condições de trabalho das unidades de execução de medidas socioeducativas.

Por meio de portaria conjunta, o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o Ministério Público do Estado do Amapá, a Defensoria Pública do Estado do Amapá, o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Fundação da Criança e do Adolescente regulamentaram a Central de Vagas no âmbito do Estado do Amapá, sendo de competência do Poder Executivo (Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá), sua implementação e execução do serviço.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
-----------	-------	--------------	-------	----------------------



Tribunal de Justiça do Amapá

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo

Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP

Contatos: 96 3312-4588/4590

Reforço da Central de Vagas como política judiciária	1º Semestre de 2024	Magistrada, assessoria jurídica e equipe técnica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	- Monitoramento da normatização da central de vagas - Participação na elaboração de fluxo interinstitucional para manutenção do banco de vagas	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Monitoramento do processo de implementação da central de vagas	Ao longo do ano	Magistrada, assessoria jurídica e equipe técnica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	Monitoramento do processo de ocupação de vagas para atendimento socioeducativo no meio fechado e semiliberdade	Relatórios, ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Acompanhamento e divulgação de dados relativos à central de vagas	Ao longo do ano	Magistrada, assessoria jurídica e equipe técnica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	- Publicização de dados e relatórios sobre a central de vagas - Envio de dados anualmente ao DMF/CNJ	Relatórios, comprovantes de envio de dados ao DMF/CNJ, publicização no site do TJAP

EIXO 4 - DISSEMINAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS CONCENTRADAS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Observa-se que, atualmente, a unidade conta com uma baixa taxa de congestionamento de processos, não havendo atrasos ou acúmulos nos processos de internação. Assim, como ação subsidiária ao eixo anterior, sugere-se maior dedicação à análise de processos do meio aberto, que possui, hoje, maior número de processos. As audiências concentradas no meio fechado já estão normatizadas no âmbito estadual pela Resolução TJAP nº 1431, de 11 de março de 2021, já tendo sido realizadas sete edições. Na citada resolução, há previsão expressa de realização trimestral, participação da equipe técnica do Juizado, bem como elaboração de relatório. Registra-se também a importância de acionamento, por parte do GMF, aos órgãos competentes acerca de questões institucionais observadas durante a realização das audiências concentradas.



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Elaboração do cronograma anual para realização das Audiências Concentradas	Janeiro de 2024	Magistrada e unidades de execução de Medidas Socioeducativas	Estabelecimento de cronograma anual de audiências	Cronograma pactuado e divulgado junto ao sistema de justiça e FCRIA
Fomento a práticas restaurativas no âmbito das audiências concentradas (pré-durante e após)	Ao longo do ano	Magistrada, Secretaria, Assessoria Jurídica e a rede de atendimento	-Participação de servidores em evento de aprimoramento em práticas restaurativas durante o ano. - Realização de evento formativo em práticas restaurativas durante o ano	Registro de realização de evento formativo, sistematização de lições aprendidas, ofícios.
Criação e fortalecimento de redes locais parceiras	Ao longo do ano	Magistrada e NAP	Estabelecimento de parcerias com órgãos gestores e entidades civis para apoio às ações do Sistema Socioeducativo	Ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Parceria com o Poder Público, por meio das Políticas Públicas corresponsáveis pela execução das medidas socioeducativas (educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer)	Ao longo do ano	Magistrada e NAP	-Estabelecimento de pactuações entre os órgãos gestores e a unidade judiciária para apoio às ações do Sistema Socioeducativo. -Acompanhamento das parcerias firmadas. -Incentivo às ações ofertadas pelo Poder Executivo concernentes ao Sistema	Ofícios, participação e registros de reuniões institucionais



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

			Socioeducativo, por meio de parcerias.	
Acompanhamento, monitoramento e divulgação de dados relativos às Audiências Concentradas	Ao longo do ano	Magistrada, assessoria jurídica e equipe técnica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	- Publicização de dados e relatórios sobre as Audiências Concentradas - Envio de dados anualmente ao DMF/CNJ	Relatórios, comprovantes de envio de dados ao DMF/CNJ, publicização no site do TJAP

EIXO 5 - PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO A ADOLESCENTES PÓS-CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

As ações desse eixo ratificam a necessidade de que a socioeducação não se limite nem se encerre no cumprimento da medida imposta. Assim, buscam-se ações que mitiguem os estigmas e dificuldades de reinserção social e profissional desses jovens, principalmente nos casos de medidas socioeducativas em meio fechado. Salienta-se que a execução dos programas de acompanhamento pós-medida são de adesão voluntária e, majoritariamente, de responsabilidade do Poder Executivo Estadual, cabendo ao Tribunal de Justiça o incentivo, fiscalização e fortalecimento das ações.

O Termo de Compromisso nº001/2023 foi firmado pelos órgãos do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá em 1º/09/2023. Com a formalização deste ato, as próximas atividades que serão desenvolvidas estão descritas abaixo. Salienta-se que já existe na Fundação da Criança e do Adolescente um setor específico para o acompanhamento de adolescentes e jovens em pós-medida, em processo de reestruturação funcional. No entanto, a atuação, até o momento, tem se mostrado bastante incipiente, necessitando de adequações e aprimoramentos.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
-----------	-------	--------------	-------	----------------------



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Adequação do Programa pelo Poder Executivo estadual (Art. 94, III do ECA)	1º semestre de 2024	Magistrada, GT e equipe técnica, em articulação com o Governo do Estado	- Designação de equipe para acompanhamento do Programa de acompanhamento pós-medida - Estabelecimento método e procedimentos para a atuação no programa de acompanhamento pós-medidas	Elaboração de metodologia, Ofícios, participação e registros de reuniões institucionais
Formalização do Programa por meio de normativa estadual e/ou TCT	2º semestre de 2023	Magistrada, GT e equipe técnica, em articulação com o Governo do Estado	Garantir a formalização do programa de acompanhamento pós-medida, por meio da publicação de ato normativo	Normativa publicada, e vigente.
Articulação da rede para inserção do adolescente nas políticas sociais municipais e estaduais	Ao longo do ano	Magistrada em articulação com a Presidência do TJAP, CEIJ e Poder Executivo Municipal	Garantia da continuidade do processo de integração social	Ofícios, participação, articulação e registros de reuniões institucionais
Monitoramento e Avaliação	Ao longo do ano	Magistrada e NAP	Estabelecimento de método de avaliação de indicadores do programa de acompanhamento pós-medida	Ofícios, participação, articulação e registros de reuniões institucionais
Articulação das políticas sociais municipais com o Programa de Acompanhamento	Ao longo do ano	Magistrada e NAP FCRIA, por meio do setor responsável pelo programa de acompanhamento pós-medida	- Garantia de continuidade das atividades propostas - Inserção dos adolescentes participantes nas políticas municipais de educação, profissionalização, saúde, esporte e cultura, etc.	Ofícios, participação, articulação e registros de reuniões institucionais, lista de adolescentes inseridos socialmente em cursos, estágios



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

Acompanhamento e divulgação de dados relativos ao Programa de Pós-cumprimento de medida	Ao longo do ano	Magistrada, assessoria jurídica e equipe técnica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	Publicizar dados e relatórios sobre o Programa de Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa	Relatórios elaborados e publicados/publicizados
---	-----------------	---	--	---

EIXO 6 - FORTALECIMENTO E ACESSO A PROGRAMAS DE PROFISSIONALIZAÇÃO, APRENDIZAGEM E FOMENTO À CULTURA NO SOCIOEDUCATIVO

Como parte das atribuições de Políticas Públicas, esse Juizado da Infância e Juventude de Macapá já vinha executando projetos de incentivo à profissionalização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade em especial por meio do projeto Vamos Juntos, cabendo, portanto, a continuidade de algumas ações e a ampliação do incentivo e apoio às propostas da rede de atendimento. Ademais, o TJAP vem promovendo o direito à leitura através da realização de campanhas de arrecadação de livros e rodas de conversas bem como apoiado a participação de adolescentes e jovens socioeducandos no Caminhos Literários: fomento à leitura no socioeducativo, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Elaboração de plano estadual de aprendizagem e profissionalização por meio de termo de cooperação técnica	Abril de 2024	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Plano elaborado e publicado Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Mobilização de órgãos gestores do sistema socioeducativo	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais



Tribunal de Justiça do Amapá

Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo

Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP

Contatos: 96 3312-4588/4590

Mobilização entidades parceiras públicas e privadas voltadas ao ensino e à educação profissional de adolescentes e jovens para pactuação de planos	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Articulação da participação de órgãos de políticas públicas intersetoriais e entidades representativas	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Articulação da fiscalização das atividades de aprendizagem e profissionalização	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Fortalecimento da articulação das redes locais parceiras da sociedade civil	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Pactuação de plano de aprendizagem e profissionalização com entidades parceiras	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense	Plano elaborado e publicado
Fomento à criação de vagas, no TJAP, entre os parceiros locais	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Implementação de Programa de Profissionalização e Aprendizagem no Socioeducativo amapaense (banco de vagas, cursos, parceiros etc)	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais



Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

			Fomento à prática de estágio de socioeducandos no TJAP em parceria com organizações atuantes na área	
Publicização das parcerias voltadas à aprendizagem e à profissionalização no socioeducativo no território	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	Publicização de dados e relatórios sobre as ações voltadas à aprendizagem e profissionalização no estado do Amapá	Registros de reuniões, elaboração e divulgação de materiais informativos sobre o tem, inclusive no site do TJAP
Fomento à cultura no sistema socioeducativo, em conformidade com o Sinase e demais normativas e planos correlatos.	Ao longo do ano	Magistrada e gerentes de projetos da equipe multidisciplinar da unidade judiciária, em articulação com a Presidência do TJAP e CEIJ	-Acompanhamento da publicação do Plano Nacional de Fomento à Leitura no sistema socioeducativo, e do Plano Nacional de Cultura(enfoque no socioeducativo) - Promoção de campanhas de arrecadação de livros - Promoção de campanha de doação de livros a unidades socioeducativas. - Apoiar, junto ao Poder Público ações de fomento à cultura no socioeducativo, em conformidade com o SINASE, e planos municipais e estaduais de atendimento	

EIXO 07 - GARANTIAS DOS CUIDADOS EM SAÚDE MENTAL DE ADOLESCENTES ATENDIDOS PELO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Considerando a Lei 10.216/2001, as diretrizes da Lei do Sinase e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Adolescente em Conflito com a Lei –




Tribunal de Justiça do Amapá
 Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo
 Fórum Criminal, Rua Manoel Eudócio Pereira, s/n, Central, Macapá-AP
 Contatos: 96 3312-4588/4590

PNAISARI, esse eixo visa qualificar a atuação do Poder Judiciário na garantia dos cuidados em saúde mental de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo, buscando a responsabilização conjunta desse cuidado.

ATIVIDADE	PRAZO	RESPONSÁVEIS	METAS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Formação de grupo de trabalho local	1º Semestre de 2024	Magistrada equipe multidisciplinar e assessoria jurídica, em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	Normatização do fluxo local de saúde mental.	GT criado Fluxo publicado, registro de reuniões
Implementação da Política Antimanicomial no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá	2º Semestre de 2024	Magistrada, equipe multidisciplinar e Membros do GT	Normatização do fluxo local de saúde mental.	Portaria do TJAP publicada
Articulação da participação de órgãos de políticas públicas intersetoriais e entidades representativas	Ao longo do ano	Magistrada e equipe multidisciplinar, Membros do GT.	Elaboração de método de gestão da política de saúde mental no sistema socioeducativo estadual.	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Implementação do fluxo de saúde local no âmbito do Sistema Socioeducativo	Ao longo do ano	Membros do GT em articulação com a rede de atendimento socioeducativo	Implementação do fluxo pactuado no meio fechado e no meio aberto	Relatórios, ofícios, articulação e participação em reuniões institucionais
Acompanhamento e divulgação de dados relativos à Saúde Mental	Ao longo do ano	Magistrada, assessoria jurídica, equipe multidisciplinar e Membros do GT	-Publicização de dados e relatórios sobre Saúde Mental	Elaboração e divulgação de materiais informativos sobre o tem, inclusive no site do TJAP

Macapá/AP, 12 de março de 2024.


 Desembargador **JOÃO LAGES**



Doc. juntado digitalmente no Processo: 2024032856 - 1, por RENNEE GOMES DE SOUZA em 01/04/2024 09:57:57. A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sig.tjap.jus.br/scpa_control_autenticidade_documento/ informando o código verificador: **AADM7QJ0C11**